

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.205 - PB (2019/0129148-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : RITA DE CASSIA SOARES DE ARAUJO
ADVOGADO : YURI PORFÍRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE - PB010673

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pela UNIÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. PRETENSÃO A REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Caso em que padeceu de omissão acórdão que deixou de apreciar apelo interposto pela União, no qual requer seja reformada a sentença para majorar a condenação em honorários advocatícios, fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), aplicando-se o disposto no art. 85, §§ 2º e 3º, I, e §4º, III e §6º do CPC/2015;

2. Deve ser mantido o valor estabelecido na sentença, dado que, além da causa ser simples, está compatível com o que esta Turma costumeiramente tem fixado em casos semelhantes;

3. Demais disso, tendo a causa sido ajuizada em 2013, aplicam-se, quantos aos honorários advocatícios, as regras do CPC/1973;

4. Entendendo haver erro no julgamento, cabe às partes se valerem das vias recursais próprias, uma vez que os embargos declaratórios não constituem meio idôneo para correção de eventual *error in iudicando*;

5. Não configura omissão deixar o acórdão de se referir a dispositivos legais mencionados no arrazoado das partes, se a solução que o acórdão adota não tem qualquer relação com os mesmos;

6. O órgão julgador não é obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos da parte, podendo deixar de analisar alguns quando a apreciação dos demais der ensejo à formação do seu convencimento;

7. Embargos de declaração da autora improvidos. Embargos de declaração da União providos. Julgamento complementado. Improvimento das apelações.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 85, parágrafos 2º e 3º, inciso I, parágrafos 4º, 6º e 11 do Código de Processo Civil, no que concerne à aplicabilidade do novo Código de Processo Civil na fixação dos honorários advocatícios,

trazendo o seguinte argumento:

Assim, nos termos do art. 85, §§ 2º e 3º, inciso I, §§ 4º e 6º, do CPC/2015, não deveria o juízo *a quo* fixar o montante dos honorários advocatícios no valor fixo de R\$ 2.000,00, mas sim condenar a parte autora sucumbente ao pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor atualizado da causa.

Inegavelmente a interpretação das normas em tela deve ser orientada por aspectos relacionados à segurança jurídica e à proteção da legítima expectativa dos jurisdicionados, especialmente da Fazenda Pública, uma vez que seus interesses são, a rigor, interesses que direta ou indiretamente dizem respeito à própria sociedade.

Vê-se, portanto, a expressa adoção da teoria dos atos isolados, sendo totalmente irrelevante - ao contrário da sentença recorrida - a data em que fora ajuizada e a lei vigente ao tempo de seu ajuizamento (fls. 152).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que os artigos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, relativa à aplicabilidade da lei no tempo, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal” (AgInt no REsp n. 1685486/RJ, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 21/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp n. 1675309/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/2/2018; AgRg no REsp n. 1351593/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 12/3/2014; e AgRg no AREsp n. 197.224/SP, relatora Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe de 20/11/2012.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

